

Título: Borse de crescimento da
Universidade Brasileira

Autor: Luiz Navarro de Brito

Ano: 1975

CRÍSE DE CRESCIMENTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Luiz NAVARRO DE BRITTO

**Salvador, BAHIA
Novembro de 1975.**

CRISE DE CRESCIMENTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

I. Crescimento e Demanda

1. a demanda aparente
2. a demanda potencial

II. Crescimento e Oferta Qualitativa

1. a diversificação de cursos
2. nível médio do estudante e qualidade do ensino superior - hipóteses de explicação.
3. indícios de redução qualitativa da oferta

CONCLUSÃO

Entre 1960 e 1968 o crescimento médio anual do ensino superior em todo o mundo⁽¹⁾ alcançou o índice de 9,5% e, na América Latina, este índice atingiu 10,4. Neste mesmo período, o aumento médio anual de matrículas do ensino superior no Brasil foi de 24,86%. Nos anos seguintes, de 1968 a 1974, a Universidade brasileira cresceu ainda mais, em 322,0%, perfazendo portanto um incremento médio anual de 53,7%.

A explosão universitária brasileira constitui assim um fato excepcional. Sua dimensão exata não poderá entretanto ser aferida sem a remissão a dois parâmetros: a demanda numérica e a oferta qualitativa. Aliás, somente considerando estes dois parâmetros será também possível construir uma estratégia de prospectiva para o crescimento.

I. CRESCIMENTO E DEMANDA

A apetência educacional ou demanda efetiva comporta em verdade dois tipos de demanda: a demanda aparente e a demanda bloqueada ou potencial.

A demanda aparente de ensino superior se infere do número de inscritos nos exames de admissão para o ingresso nas diferentes unidades de nível universitário.

A demanda bloqueada ou potencial abarca, por sua vez, todos os indivíduos que aspiram uma formação de nível superior e que por motivos os mais diversos não a podem obter.

1. No Brasil, desde muito tempo, a demanda aparente é superior à capacidade de absorção da rede universitária. Embora entre 1960 e 1972 o incremento do ensino superior (638,6%) tenha sido bastante maior que o incremento do ensino de 2º grau (386,6%), esta expansão mais acelerada ainda não foi suficiente para responder à demanda⁽²⁾.

Em 1966 o número de vagas oferecidas foi de 68.720 para 144.042 inscrições. Vale dizer, somente 47% dos candidatos encontraram disponibilidade de acesso às Escolas de ensino superior do país⁽³⁾.

Dois anos mais tarde, os deficits aumentaram. Apenas 44% das inscrições realizadas em 1968 lograram atendimento. Para uma demanda de 227.786, as vagas ofertadas beneficiaram 102.020 estudantes.

Em 1971 a demanda absorvida é de 47% e em 1974 a oferta ainda mais se elastece: para os 613.786 candidatos, a rede de ensino superior dispôs de 398.308 vagas. Uma demanda acolhida portanto em 64,9%.

Estes dados atestam um crescimento progressivo da oferta em relação a demanda aparente. Em outras palavras, uma evolução decresciva do deficit. (vide Gráfico nº 1).

A progressão captada é contudo lenta. Ela corresponde ao crescimento da absorção média anual em 2,1%. Se a progressão se estabiliza neste ritmo, então será preciso esperar mais de 16 anos para que a demanda aparente seja um dia totalmente absorvida.

Além disso, os candidatos ao ensino superior que não lograram matrícula em 1966 eram 75.322; oito anos mais tarde, em 1974, o número destes desatendidos foi de 215.478. (4)

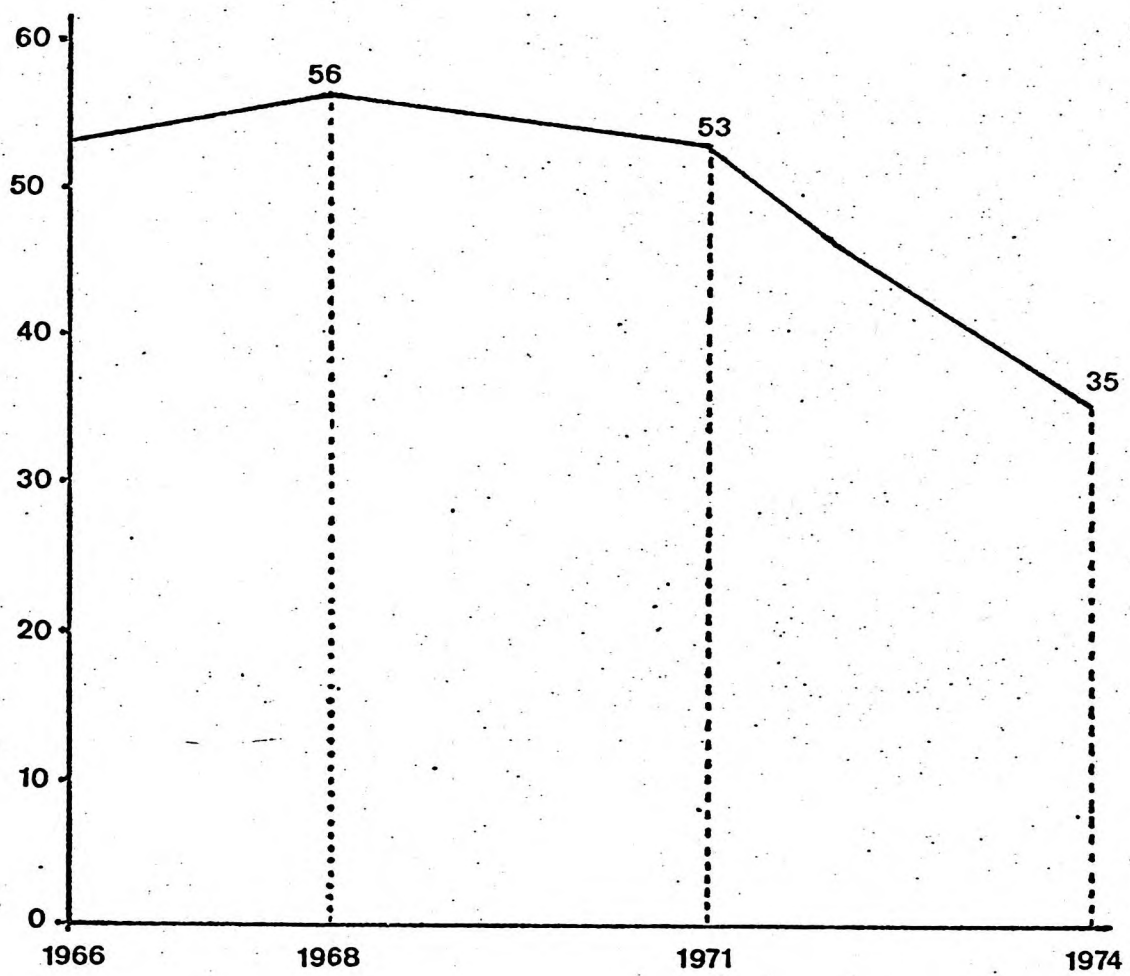
Certo, em São Paulo, constatou-se em 1974 que "50% das escolas superiores apresentavam mais vagas que candidatos a seus vestibulares". Estimativas previam que no ano de 1975 essa proporção se elevasse a 75% (5).

Mas, São Paulo e a região Sudeste constituem exemplos excepcionais dentro do país. A região responde em 1974 por 63,9% da oferta de ensino superior e somente São Paulo possuía mais de um terço (34,5%) da matrícula de todo o Brasil.

QUADRO nº 1
MATRÍCULA 1974

	N	%
BRASIL	897.200	100
SUDESTE	573.788	63,9
SÃO PAULO	309.941	34,5

GRÁFICO Nº 1
DEFICIT DE VAGAS
(%)



No contexto nacional, portanto, o fenômeno é totalmente distinto. Em números brutos, o déficit da matrícula cresceu em mais de 178% no período que medeia 1966 e 1974.

Por outro lado, o crescimento global da oferta assinala dois fatos muito importantes:

- a. a diminuição relativa da capacidade de oferta das Universidades federais;
- b. o aumento galopante da demanda às Universidades privadas em relação às Universidades públicas e sobretudo às Universidades federais.

QUADRO Nº 2

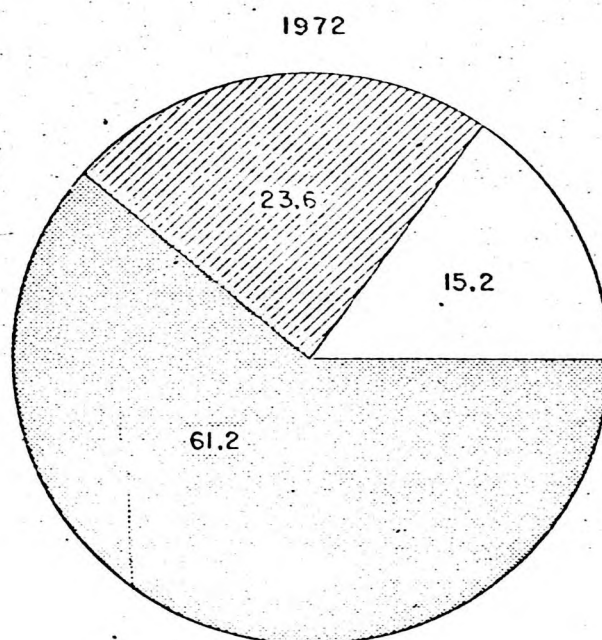
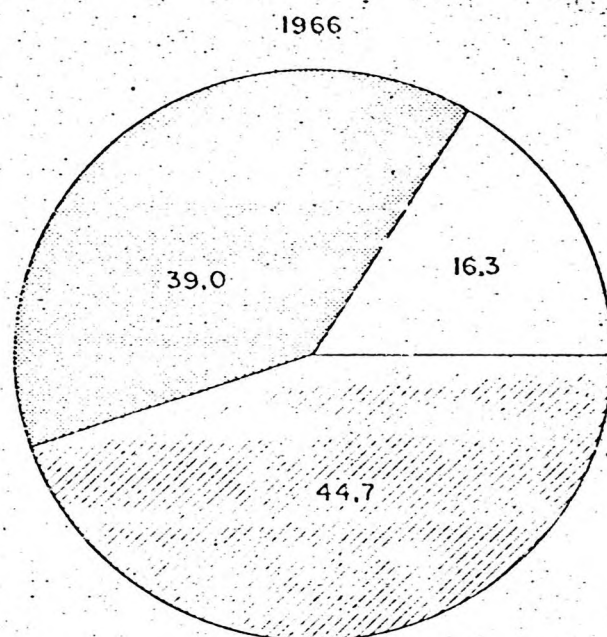
CONCURSO VESTIBULAR - INSCRIÇÕES E VAGAS OFERECIDAS SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	1966				1972			
	INSCRIÇÕES		VAGAS OFERECIDAS		INSCRIÇÕES		VAGAS OFERECIDAS	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Federal	64.436	44,7	23.461	34,1	96.067	23,5	33.627	15,2
Estadual	20.952	14,5	7.625	11,1	49.838	12,2	19.394	8,8
Municipal	2.498	1,8	2.973	3,9	11.730	2,9	9.779	4,4
<u>Sub-Total (Publ)</u>	87.886	61,0	33.159	48,2	157.635	38,6	62.300	28,4
Particular	56.156	39,0	35.631	51,3	248.582	61,1	155.273	70,3
Sem Especif.	-	-	-	-	1.204	0,3	2.720	1,3
TOTAL GERAL	144.042	100,0	68.720	100,0	408.481	100,0	220.793	100,0

FONTE: MEC/SEEC/DAU/UFPA. (Segundo informações os dados referentes a 1972 são incompletos).

De 1966 a 1972 o número de vagas oferecidas pelas Universidades públicas cresceu em 89% e nas Universidades federais em apenas 43%, enquanto nas Universidades privadas o incremento foi superior a 361%. Isto significa que as Universidades federais que forneciam 34,1% das vagas para o ingresso no ensino superior em 1966, passaram a contribuir em 1972 com uma parcela de 15,2%.

GRÁFICO Nº2
INSCRIÇÕES NAS UNIVERSIDADES
SEGUNDO A DEPENDENCIA (%)



-  Universidades federais
-  Universidades privadas
-  Universidades estaduais e municipais

De outra parte, a demanda de inscrições às Universidades federais também assinala um decréscimo relativo substancial. Em 1966 suas inscrições correspondiam a 44,7% do total, cabendo ao ensino particular 39%; em 1972, ao contrário, as inscrições nos estabelecimentos de ensino superior privado atingem 61% e as inscrições nos estabelecimentos federais caem para 23,5% (ver Gráfico nº 2).

Em outras palavras, entre 1966 e 1972, diminuiu a procura das Universidades públicas: além disso, a capacidade de oferta (número de vagas) dos estabelecimentos estaduais e municipais aumenta de 0,4% e a das Universidades privadas em 18,5%.

Ora, o cotejo de todos estes números relativos à demanda aparente salienta o fortalecimento de três tendências de mais alta importância.

A primeira, resultante do baixo incremento de absorção média anual da demanda (2,1%) pode anunciar a curto prazo o estancamento e até a atrofia da Universidade brasileira. Desde 1971, a Universidade Federal da Bahia, por exemplo, vem mantendo "rigorosamente estática em 3.055 ingressos, a oferta de vagas" (6). Mas em 1971 o número de inscritos foi de 8.305 candidatos. No vestibular de 1975, para as mesmas 3.055 vagas, o número de inscritos foi de 18.129.

Ora, se do mesmo modo decidiram ou decidem os demais estabelecimentos públicos do país, então duas alternativas aparecem como inevitáveis para garantir a taxa de incremento de absorção da demanda, ainda que de 2,1%: criar novos estabelecimentos públicos ou abdicar em favor das Universidades privadas a tarefa de responder à demanda aparente. Esta última opção, segundo os dados enunciados, parece respaldar a política mais recente e preponderante.

Assim sendo, a segunda grande tendência observável é a privatização da Universidade brasileira. A participação do setor público que era em 1966 de 61,0% na matrícula global do país, cai em 1972 para 38,8% e tudo indica que continue a decrescer até 1975.

A privatização incita, por sua vez, o aparecimento da terceira tendência, não menos grave, da elitização sócio-econômica crescente da Universidade brasileira.

Conforme se verifica nos dados apresentados, a demanda do ensino superior é sempre maior que a oferta. Em números brutos, o déficit é gradualmente crescente (cresce em 178,4% de 1966 a 1974). Logo, a seleção para o ingresso se torna igualmente cada vez maior.

Nesta seleção, os candidatos situados em um nível socioeconômico mais elevado disputam sempre em condições mais vantajosas. Ao contrário, as oportunidades dos oriundos de estratos sócioeconômicos mais baixos diminuem na medida em que a oferta bruta não se elastece.

Por outro lado, como as universidades públicas detêm em geral um maior prestígio, os candidatos mais capazes (e socioeconomicamente mais bem situados) constituem sua maior clientela. Por sua vez, as Universidades privadas são pagas, o que dificulta ou impossibilita o ingresso daqueles que não dispõem / dos recursos necessários para o financiamento de seus estudos.

Ora, se nas Universidades públicas a oferta é progressivamente menor, absorvendo os candidatos sócioeconomicamente mais bem instrumentados, e se as maiores oportunidades quantitativas oferecidas pelas Universidades privadas não podem ser aproveitadas por aqueles que carecem de recursos, então parece que a simples expansão da Universidade privada torna ainda mais elitista a educação superior.

Tal fenômeno poderá ser em parte neutralizado por um sistema maciço de bolsas de estudos financiadas pelos poderes / públicos ou organizações particulares. Não creio que isto venha ocorrendo. E se isto não ocorre, a elitização progressiva será irremediável. Claro que, nesta hipótese, o crescimento da Universidade dependerá a médio e longo prazos, do aumento paralelo do número daqueles que economicamente estarão em condições de concorrer ao ensino privado. O esclerosamento deste número também significará o estancamento ou a atrofia da Universidade.

2. No que diz respeito à demanda potencial ou bloqueada, os dados disponíveis são muito precários.

A demanda potencial abarca todos os indivíduos que embora aspirando uma formação de nível superior, por vários motivos, sobretudo socio-econômicos ou simplesmente institucionais,

a ela não podem ter acesso. Estão aí incluídos desde aqueles que não concluíram o 2º grau até os jovens que não puderam / prosseguir os seus estudos na Universidade ou os adultos que não desejavam ou não podem se submeter à rigidez normativa do ensino formal.

Identificar e computar todos estes casos não é uma tarefa fácil e exigiria uma paciente e longa pesquisa.

Por outro lado, considerar a priori como demanda potencial o conjunto de todos os indivíduos que, possuindo 20 ou mais de 20 anos, não frequentam a Universidade e não concluíram um curso de nível superior, parece um exagero romântico.

Uma estimativa menos ambiciosa será de considerar / apenas a parcela da demanda potencial compreendida na faixa etária de 20 a 24 anos. Este é o critério usual. Deduzindo-se da população com esta idade o número de matrículas existentes, será então obtida uma parte aproximada (7) da demanda potencial de ensino superior.

Segundo informações da UNESCO, a relação entre a matrícula de 3º grau e a população de 20 a 24 anos, durante o / ano escolar 1967-1968, foram as seguintes em todo o mundo:

QUADRO Nº 3

MATRÍCULAS NO 3º GRAU E POPULAÇÃO DE 20 a 24 ANOS (*) - 1967 / 1968

CONJUNTO DE TODO O MUNDO (X)	10,1
América do Norte	44,5
Europa e URSS	16,7
Oceania	15,0
América Latina	5,0
Ásia	4,7
África	1,3

No Brasil, os dados disponíveis ainda uma vez revelam um incremento notável na última década. Em 1960, para uma população de 6.160.742 de jovens de 20 a 24 anos, existiam 93.202 matrículas de ensino superior. Dez anos depois, para 8.285.805

jovens, na mesma faixa etária, as matrículas de 3º grau alcançaram 425.478. Em outras palavras, os estudantes matriculados em 1960 correspondiam a 1,5% da população de 20 a 24 anos, enquanto em 1970 este percentual é de 5,1%.

Não se esqueça porém que o deficit aumentou sensivelmente em números absolutos. Em 1960 pouco mais de 6 milhões de jovens entre 20 e 24 anos não frequentavam a Universidade. Em 1970, este número é superior a 7 milhões e 800 mil.

Além disso, o percentual de 5,1%, em 1970, equivale à metade do percentual médio de todo o mundo em 1967-1968 (10,1%) e ainda é muitíssimo inferior ao apurado na Oceania, na Europa e URSS ou na América do Norte.

Claro, estes últimos exemplos arrolam os Estados mais industrializados de nossos dias. Mas os dados aferidos não podem ser negligenciados por um país onde o crescimento econômico se processa tão rapidamente como o nosso. A negligência seria suicida, comprometendo a médio prazo o processo de desenvolvimento, que se subordina igualmente à oferta qualitativa do ensino superior.

II . CRESCIMENTO E OFERTA QUALITATIVA

1. Em 1966 a Universidade brasileira oferecia 1.304 cursos de graduação. Oito anos mais tarde, em 1974, o número de cursos aumenta para 3.374. Observa-se assim uma ampla e quase heróica diversificação da oferta, em um prazo bastante exíguo.

Certo, essa diversificação aquinhoa desigualmente as distintas áreas do conhecimento.

Nã área das Ciências Agrárias, por exemplo, de 1966 a 1972 houve um aumento de apenas 11 cursos em todo o país e a participação desta área no conjunto global dos cursos de 3º grau decresceu de 2,5 para 1,6%. Malgrado a política federal de incremento prioritário das atividades agrícolas, o número de matriculados que representava 3,5% da matrícula total, em 1966, baixou em 1972 para 1,1%.

QUADRO Nº 5

VAGAS E CONCLUSÕES NO ENSINO SUPERIOR - BRASIL

A N O	VAGAS	CONCLUSÕES DE CURSO													%
		1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975**	
1960	39.781	18.926													47,6
1961	43.240		20.282												46,9
1962	47.000			20.793											42,2
1963	51.751				24.301										47,0
1964	57.990					30.108									51,9
1965	57.469						35.946								62,6
1966	60.137							44.709							74,4
1967	80.915								64.049						79,2
1968	88.588									73.453					82,9
1969	143.008										97.637				68,3
1970	185.277											129.122			69,7
1971	221.645												150.178		67,8
1972	280.209													163.000	58,2

FONTE: SEEC/MEC

* Percentagem de conclusões por coorte média de 4 anos

** Dados projetados

Ao contrário, na área de Ciências Exatas e Tecnológicas, registrou-se um acentuado crescimento do número de cursos e de matrículas. Em 1966 havia 168 cursos desta área, equivalendo a 12,9% do número global de cursos de nível superior; em 1972, o número de cursos atinge a 768, correspondendo a 27,4% dos cursos de graduação ministrados em todas as áreas.

Ainda com desequilíbrios deste tipo, a diversificação da oferta é um fato. Ela cresceu em 115% durante 6 anos (1966-1972) e 158% de 1966 a 1974.

2. Mas, dizem alguns professores, o nível médio do estudante declinou muito nos últimos anos. A causa, já tradicionalmente apontada, seria a deficiência do ensino de 2º grau.

Por outro lado, declaram outros professores e alunos que a qualidade do ensino superior também vem declinando. Segundo eles, esta situação seria gerada pela massificação universitária.

De minha parte, desconheço qualquer estudo confiável sobre estas duas hipóteses arguidas.

Sei que o número de conclusões de cursos ^{parece} crescer nos últimos anos. Para uma matrícula de 124.214 alunos em 1963, o número de conclusões de cursos foi de 15,2%; cinco anos depois, esse percentual atinge 12,9% e a partir de 1969 ele aumenta progressivamente (com exceção de 1971) até alcançar 15,9% em 1973.

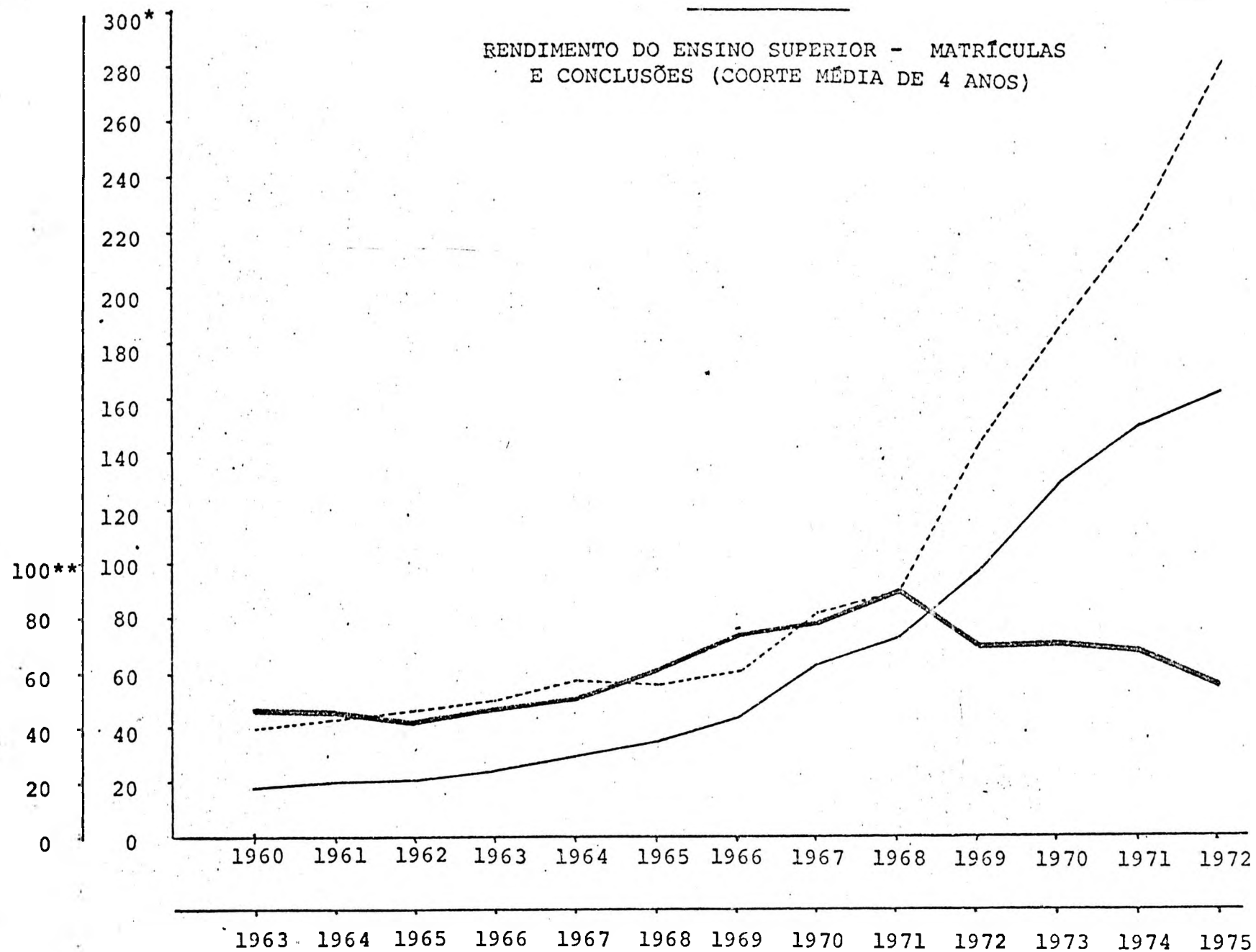
QUADRO Nº 4
MATRÍCULA E CONCLUSÕES DE CURSOS - GRADUAÇÃO

	1963	1968	1969	1970	1971	1972	1973
MATRÍCULA	124.214	278.295	342.884	425.478	561.397	678.318	811.237
Conclusões							
de cursos	18.926	35.946	44.709	64.049	73.407	97.637	129.122
%	15,2	12,9	13,0	15,0	13,0	14,2	15,9

FONTE: SEEC/MEC

GRÁFICO Nº 3

RENDIMENTO DO ENSINO SUPERIOR - MATRÍCULAS
E CONCLUSÕES (COORTE MÉDIA DE 4 ANOS)



* 1 = 1.000
** Percentual

..... Matrículas (vagas)
—— Conclusões
—— Conclusões (%)

Se se torna entretanto a percentagem de conclusões de cursos por coorte média de 4 anos, verifica-se que o rendimento cresce até 1971. Daí por diante, e considerando-se as vagas preenchidas de 1968 a 1972, o número real de conclusões diminui as sustadoramente: em 1971 ele foi de 82,9% e em 1975 este número chega apenas a 58,2% (Ver Quadro nº 5). Parece portanto, que ao contrário do ^{que} se pode ler no Quadro 4, o rendimento da Universidade brasileira vem declinando progressivamente (Ver gráfico nº 3).

Ora, se o número ^{real} de conclusões de cursos diminui, creio que somente 3 (três) causas poderão explicá-lo:

- a) Mais baixo nível médio do estudante que chega à Universidade;
- b) Maior rigor nas avaliações de conhecimento;
- c) Má qualidade do ensino superior.

A primeira destas hipóteses de explicação não parece plausível. Sem favor, o ensino de 2º grau se enriqueceu, nos últimos anos, ainda mesmo que se não tenha implementado a lei federal nº 5.692/71. Além disso, a sua fantástica expansão quantitativa e o número limitado de vagas para o ingresso no ensino superior determinam, necessariamente, uma seleção "espontânea" e rigorosa. É bem possível ainda que a origem sócio-econômica dos ingressantes seja de um estrato mais elevado e que a crescente participação feminina favoreça maior rendimento médio do estudante pela mais frequente desobrigação do trabalho extra-Universidade.

Não é impossível, por sua vez, que o maior rigor nas avaliações do aprendizado seja, ele sozinho, um fator decisivo no decréscimo de conclusões de cursos. Esta hipótese porém não se ajusta às notícias alarmantes dos jornais de que novas unidades em certas regiões do país e mesmo "algumas escolas tradicionais afirmam aos candidatos que, durante todo o curso superior, eles sequer precisarão fazer exames" (8).

A terceira hipótese de explicação, também pode ser verdadeira. Já constatamos, é certo, a notável diversificação de cursos na Universidade brasileira dos últimos anos. Ninguém por igual nega virtudes à reforma universitária e o incremento dos cursos de pequena duração, na medida em que elasteceram a oferta terão contribuído para o atendimento da maior demanda.

3. Mas, no particular, é preciso não esquecer alguns sinais mais evidentes que denunciariam uma oferta qualitativa decrescente da Universidade brasileira. Na ausência de pesquisas mais acuradas, creio que a análise quantitativa de algumas variáveis pode fornecer pelo menos uma idéia grosseira desta inquietação. Entre estas variáveis, 2 (duas) delas aparecem como muito significativas:

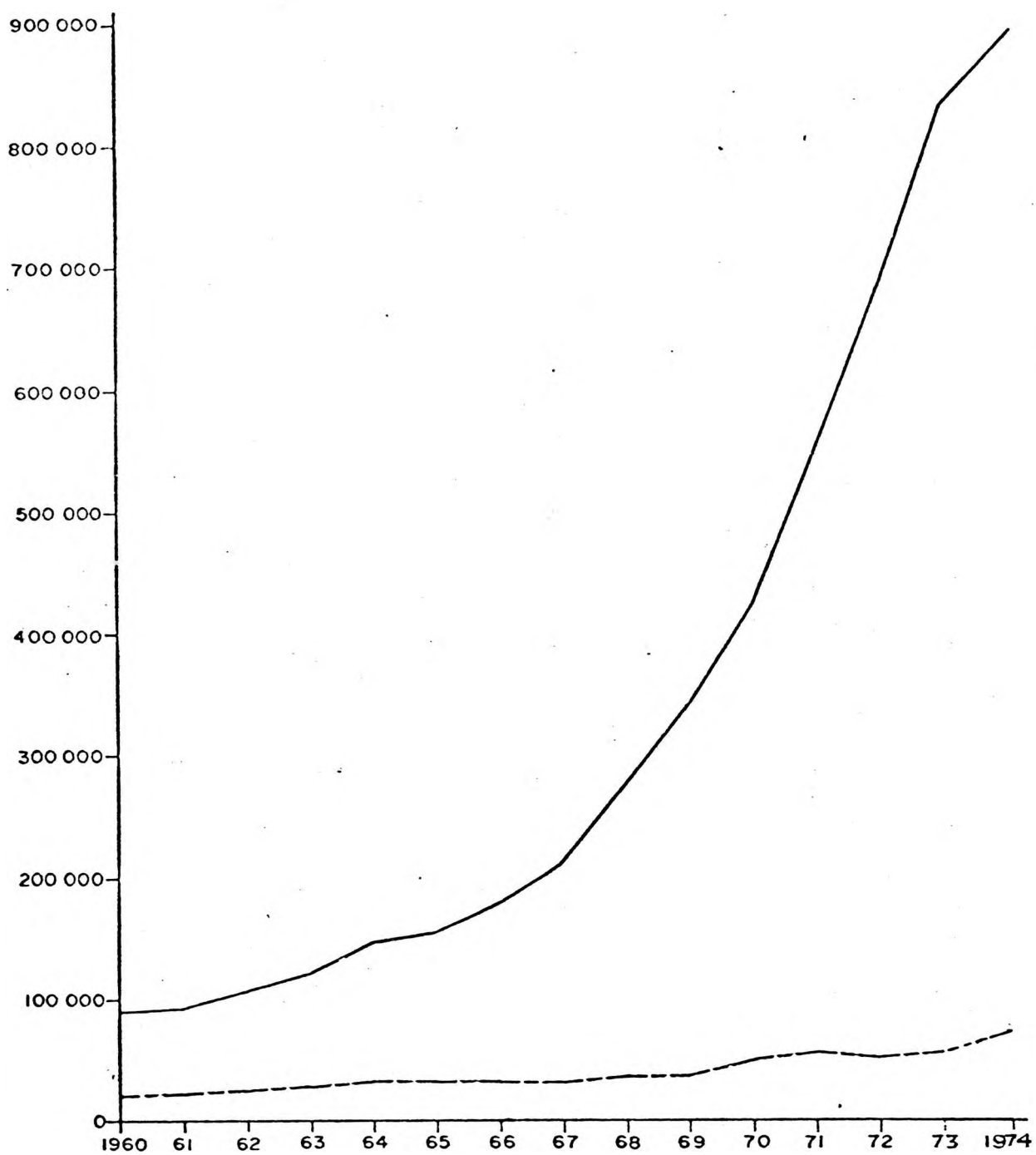
- a. a relação entre o crescimento de matrículas e o número de professores;
- b. o crescimento da matrícula e o número de livros disponíveis nas Bibliotecas universitárias.

A primeira variável é desconcertante. Enquanto o número de matrículas cresceu, de 1960 a 1974, em 362%, o número de professores aumentou, nesta mesma época, em apenas 260%. (Vide Gráfico nº 4).

Ora, deste descompasso não se pode inferir uma melhor oferta do ensino. Se as técnicas mobilizadas e as condições de aprendizagem não mudaram, parece óbvio que uma enorme defasagem entre o crescimento da clientela e o número de docentes compromete a produtividade do ensino. É verdade que em 1974 temos 1 professor para cada 11 alunos, quando a relação internacional varia de 1 professor para cada grupo de 12 a 15 estudantes. Não se esqueça contudo das distorções regionais, bem assim das condições de trabalho e do estágio ainda adolescente da Universidade brasileira.

O Ministério de Educação alega que as instituições universitárias federais, "apoiadas pelos recursos da COMCRETIDE, têm alargado consideravelmente seu quadro docente, e pela adoção de regimes especiais de trabalho alcançam resultados satisfatórios, ampliando a ação docente, oferecendo remuneração justa, e elevando inquestionavelmente a qualidade e a produtividade do Ensino Superior" (9)

GRÁFICO Nº 4
MATRÍCULA E NÚMERO DE PROFESSORES



LEGENDA

— MATRÍCULA
- - - NÚMERO DE PROFESSORES

Para apenas me cingir a uma das afirmativas otimistas desta frase, não creio que a COMCRETIDE venha influenciando consideravelmente no alargamento da ação docente. É no próprio Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC quem informa que, em 1973, 50% dos professores das Universidades federais estavam submetidos ao regime semanal de 12 horas de trabalho, portanto não assistidos pela COMCRETIDE. Além disso, a regra geral prevalecente, pelo menos na Universidade Federal da Bahia, é a de que o deferimento do regime especial de trabalho a um professor não impõe um aumento equivalente da sua carga de atividade docente. Ao contrário, segundo as normas de fato em vigor, os regimes especiais favorecem as tarefas de pesquisa ou os crescentes deveres burocráticos do professor e a sua participação nos múltiplos colegiados instituídos pela Reforma. Por fim, é preciso ainda, considerar que o Gráfico nº 4 se reporta à matrícula nos cursos de graduação e muitos professores se ocupam exclusivamente da pós-graduação.

Quanto à segunda variável - crescimento da matrícula e livros disponíveis - as informações mobilizáveis não são menos desconcertantes. Conforme o IEGE, os livros catalogados em bibliotecas universitárias em 1968 atingiam o número de / 2.635.163; em 1971, este número é de 3.766.055, representando / assim um aumento de 42,9%. Neste mesmo período, de 1968 a 1971, o incremento da matrícula foi da ordem de quase 100% (99,5%).

Ora, se atentarmos para a insignificância da amostra disponível (3 anos) e, de outra parte, para a aceleração incessante das conquistas do conhecimento, os dados aludidos equivalem a um grave desaparelhamento do ensino superior que somente pode redundar em uma expressiva baixa de produtividade. Tanto mais quando o consensus universitário reconhece a necessidade / inadiável de substituir, na sala de aula, o "instrutor" pelo "interlocutor" e, ainda mais, quando a tecnologia educativa e os seus recursos mais rápidos de divulgação científica não ousaram sequer interferir na grande maioria dos "campi" universitários.

CONCLUSÃO

Tudo isto nos leva a reter as seguintes conclusões:

1. notável crescimento da matrícula no ensino superior (de 1960 a 1974 = 862,6%);
2. lenta progressão da absorção da demanda aparente (2,1% por ano) e aumento progressivo do déficit em números brutos / (178% de 1966 a 1974);
3. diminuição relativa da capacidade de oferta das Universidades federais e aumento da demanda às Universidades privadas;
4. elitização do acesso no ensino superior com o maior incremento da capacidade de oferta dos estabelecimentos privados;
5. ampliação da oferta de ensino para a população na faixa etária de 20 a 24 anos, mas inferior à oferta média mundial e insuficiente para absorver o déficit da demanda que se eleva em números brutos;
6. diversificação acelerada de cursos, negligenciando porém certas áreas consideradas prioritárias como as atividades agrícolas;
7. diminuição do rendimento médio da Universidade brasileira (de 32,9% em 1971 para 53,2% em 1975);
8. aparente melhoria do nível médio qualitativo do estudante que ingressa no ensino superior;
9. indícios de redução qualitativa da oferta de ensino superior. A defasagem entre o aumento de matrícula e o aumento do pessoal docente, bem assim entre o crescimento do número de estudantes e o crescimento das bibliotecas universitárias evidenciarão uma diminuição progressiva na qualidade do ensino / ofertado;

Ora, todas estas constatações e hipóteses revelam uma crise de crescimento.

Claro que esta crise não é apenas nacional. Em muitos dos seus aspectos ela afronta todos os países do mundo.

CONCLUSÃO

Tudo isto nos leva a reter as seguintes conclusões:

1. notável crescimento da matrícula no ensino superior (de 1960 a 1974 = 862,6%);
2. lenta progressão da absorção da demanda aparente (2,1 % por ano) e aumento progressivo do deficit em números brutos (178% de 1966 a 1974).
3. diminuição relativa da capacidade de oferta das Universidades federais e aumento de demanda às Universidades privadas;
4. elitização do acesso no ensino superior com o maior incremento da capacidade de oferta dos estabelecimentos privados;
5. ampliação da oferta de ensino para a população na faixa etária de 20 a 24 anos, mas inferior à oferta média mundial e insuficiente para absorver o deficit da demanda que se eleva em números brutos;
6. diversificação acelerada de cursos, negligenciando porém certas áreas consideradas prioritárias como as atividades agrícolas;
7. diminuição do rendimento médio da Universidade brasileira (de 82,9% em 1971 para 58,2% em 1975);
8. aparente melhoria do nível médio qualitativo do estudante que ingressa no ensino superior;
9. indícios de redução qualitativa da oferta de ensino superior. A defasagem entre o aumento da matrícula e o aumento do pessoal docente, bem assim entre o crescimento das bibliotecas universitárias evidenciariam uma diminuição progressiva na qualidade do ensino ofertado.

Ora, todas estas constatações e hipóteses revelam uma crise de crescimento.

Claro que esta crise não é apenas nacional. Em muitos dos seus aspectos ela afronta todos os países do mundo.

Por isso mesmo, é preciso desafiá-la como inevitável. Assim como ocorre com o desenvolvimento industrial, a receita de um crescimento zero para o ensino superior consagraria a médio prazo um conformismo fatalista e suicida para os países em desenvolvimento. Uma nova Carta Mansholt deve ser escrita para as nações emergentes, abarcando inclusive os problemas educacionais.

O medo da massificação na Universidade brasileira tem de ser desafiado. Para tanto, urge não confundir a massificação da matrícula com a massificação do ensino. A primeira repito, é inevitável, imprescindível ao desenvolvimento do país e fundamental à construção de uma sociedade democrática. Quanto à massificação do ensino, entendo necessário desmistificá-la. Os meios aí estão disponíveis e captáveis. A diversificação e multiplicação de mensagens proporcionadas pelo uso intensivo de variados instrumentos de tecnologia avançada tornarão cada vez mais viável a oferta de ensino individualizado dentro de uma Universidade de massas.

Assim, o crescimento da Universidade brasileira / aguarda ser conduzido por uma política de conjunto, desmistificada e atenta às expectativas nacionais.

- (1) Excetuados a República Popular da China, a República Popular Democrática da Coreia e a República Democrática do Vietnam. Ver Edgard Fauree e outros - Apprendre à Être , Fayard - UNESCO 1972, p. 318.
- (2) Os dados cujas fontes não estiverem explicitamente mencionadas, foram recolhidos do Anuário Estatístico do Brasil, publicado pelo IBGE.
- (3) As referências à Universidade abarcam sempre todos os estabelecimentos de ensino superior, inclusive os isolados e limitam-se à graduação.
- (4) Claro que estes números devem ser ponderados, considerando a possibilidade de um mesmo estudante se inscrever em vestibulares de 2 ou mais Universidades.
- (5) Eduardo Brito da Cunha - "Começa corrida pela aluno" in O Estado de São Paulo, S. Paulo, 24.XI.1974, p. 57.
- (6) Reitor Lafayette de Azevedo Pondé - Relatório Anual, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1973, p. 2
- (7) Diz-se "parte aproximada", porque na matrícula estão em geral computados os estudantes com mais de 24 anos.
- (8) Eduardo Brito da Cunha, op. e p. cit.
- (9) Relatório Anual - Atividades das Instituições Federais do Ensino Superior, Brasília , MEC-DAU 1973, p. 12.